

A Nova Cena Histórica de Golpe no Brasil: É Momento de Organizar o Povo e Resistir!

Aluisio Pampolha Bevilaqua

Doutor e mestre em Educação Brasileira (UFC) com pós-doutorado pelo PPFH-UERJ. Cientista Social, presidente do Conselho Científico do CEPPEs e líder do grupo de pesquisa Educação, Trabalho, Economia Global e Sustentabilidade do CNPq (ETEGS). bvilla@inverta.com.br

Julia Pereira Bevilaqua

Doutoranda em Engenharia de Produção na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Educação pela UFMG (2015, bolsista CNPq). Vice-líder de pesquisa do Grupo em Educação, Trabalho, Economia Global e Sustentabilidade (ETEGS) e diretora do Centro de Educação Popular e Pesquisas Econômicas e Sociais (CEPPES).

Resumo

A presente análise da conjuntura do início de 2021 parte da perspectiva dialética das quatro principais contradições que se apresentavam no quadro nacional e aprofunda-se do plano mais imediato ao essencial indicando as principais tendências e desdobramentos que passarão a dominar a cena histórica no país. Por que o STF se contradiz e toma decisão favorável ao ex-presidente Lula? Se a correlação de forças políticas é favorável a Bolsonaro no Congresso, por que cresce a tendência ao autogolpe? Se a difícil situação social se vê agravada pela pandemia de Covid-19, por que se mantém o apoio ao governo e não há revolta? E se esta base forte independe das crescentes mortes e miséria, por que as reformas de gabinete, a renúncia dos chefes das forças armadas e a carta dos economistas? Estas contradições nos âmbitos judiciário, político e social encontram sua essência na Crise Orgânica do Capital e a resultante débâcle na economia. Entre outros fenômenos, o artigo explica a crise pandêmica e seus efeitos como expressão daquela enquanto crise na ciência; como a crise nas instituições resulta da erosão do paradigma de valor, sobre o qual se estruturam as relações burguesas; e que taxas decrescentes de lucro forçam o exército industrial de reserva a novo papel como produtor de valor, em condições de superexploração e alta composição orgânica de capital: o empreendedor que constitui a base de apoio ao profascismo. Conclui que a conjuntura brasileira tende a uma saída autoritária e propõe a organização da resistência popular para enfrentar esta nova cena histórica.

Palavras-chave: Crise Orgânica do Capital; Conjuntura; Brasil; golpe; profascismo.

Abstract

The present conjunctural analysis of Brazil in the beginning of 2021 starts with a dialectical perspective of the four main contradictions that are present in the national

arena and deepens from the most immediate framework towards the essential, indicating the main trends and developments that will dominate the country's historic scene. Why does the Supreme Court contradicts itself and decides in favor of former president Lula? If Bolsonaro has a favorable correlation of political forces in the National Congress, why is there a growing tendency to a self-coup? If the already difficult social situation is aggravated by the Covid-19 pandemic, why does the government maintains its support and there is no popular revolt? If this "solid" base is independant of increasing deaths and misery, what were the changes in the ministries for, why did the heads of all three armed forces resign and the liberal economists published a manifesto? These contradictions in the legal, political and social spheres find their essence in the Organic Crisis of Capital (OCC) and the resulting debacle of the economy. Among other phenomena, this paper explains the pandemic crisis and its effects as an expression of OCC as a crisis in science; how the crisis in institutions results from the erosion of the value paradigm upon which bourgeois relations are structured; and that decreasing rates of profit force the industrial reserve army into a new role as a producer of value, under conditions of overexploitation and high organic composition of capital: the entrepreneur who constitutes the support for proto-fascim. It concludes that the Brazilian situation tends towards an authoritarian solution and proposes the organization of popular resistance to face this new historic scene.

Keywords: Organic Crisis of Capital; conjuncture; Brasil; coup; profotascism.

Resumen

La presente análisis coyuntura del inicio de 2021 parte de la perspectiva dialéctica de las cuatro principales contradicciones que se presentan en el cuadro nacional y profundiza desde el plan más inmediato hacia el esencial indicando las principales tendencias y desarrollos que dominarán la escena histórica del país. ¿Por qué el Supremo Tribunal se contradice y toma una decisión favorable al expresidente Lula? Si la correlación de fuerzas políticas en el Congreso es favorable a Bolsonaro, ¿por qué crece la tendencia al autogolpe? Si la difícil situación social se ve agravada por la pandemia de Covid-19, ¿por qué se mantiene el apoyo al gobierno y no hay revuelta? Y si esta "fuerte" base es independiente de las crecientes muertes y miseria, ¿por qué las reformas de gabinete, la renuncia de los jefes de las fuerzas armadas y la carta de los economistas? Estas contradicciones en el ámbito jurídico, político y social encuentran su esencia en la Crisis Orgánica del Capital y la consiguiente debacle de la economía. Entre otros fenómenos, el artículo explica la crisis pandémica y sus efectos como expresión de la Crisis Orgánica en la ciencia; cómo la crisis de las instituciones resulta de la erosión del paradigma de valor sobre el que se estructuran las relaciones burguesas; y que las tasas de ganancia decrecientes obligan al ejército industrial de reserva a asumir un nuevo papel como productor de valor, en condiciones de sobreexplotación y alta composición orgánica del capital: el emprendedor que constituye la base de apoyo del proto-fascismo. Concluye que la situación brasileña tiende a una solución autoritaria y propone la organización de la resistencia popular para hacer frente esta nueva escena histórica.

Palabras clave: Crisis Orgánica del Capital; Coyuntura; Brasil; golpe; proto-fascismo.

O turbilhão de acontecimentos que colonizam a consciência social no Brasil, formada pela grande mídia oligárquica e em parte menor pela mídia alternativa, aparenta condensar quatro ordens de contradições cuja oposição impulsiona a conjuntura de Crise Orgânica do Capital no país.

A mais recente, de ordem jurídica, foi a intempestiva reviravolta do Supremo Tribunal Federal (STF), com a decisão do ministro Edson Fachin, ao conceder o *Habeas Corpus* ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, após cinco anos, e anular todas as condenações e sentenças da 13ª Vara Federal de Curitiba, por incompetência como juiz natural dos processos (do sítio de Atibaia, do triplex do Guarujá e do Instituto Lula). Ainda mais decisivo foi o julgamento do HC de Lula na 2ª turma do STF, que por 3 x 2 reconheceu a suspeição de Moro no processo do triplex, anulando-o com possível extensividade aos demais. Estes acontecimentos parecem não transpor a bolha dos grupos de esquerda, embora tenham inflamado a militância em geral, particularmente a petista, e aumentado as esperanças dos trabalhadores e povo pobre de uma possível saída eleitoral negociada para a crise em que mergulhou o país. Mas, é preciso que os trabalhadores mais conscientes conttenham a euforia, mantendo-se céticos em relação à Justiça do sistema, e avancem na organização real para a resistência do povo ao golpe neoliberal das oligarquias e seu governo protofascista, pois, para além das aparências, a luta de classes em suas formas mais agudas está no horizonte de desdobramento da conjuntura.

Os acontecimentos jurídicos parecem entrar em contradição com a correlação de forças políticas que emergiram das eleições municipais de 2020 e se desdobraram na vitória dos candidatos apoiados pelo governo protofascista de Bolsonaro à presidência das duas casas do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (DEM) no Senado e Artur Lira (PP) na Câmara dos Deputados. Um fato que, aparentemente, liquida as ilusões da esquerda eleitoral de uma frente ampla para *impeachmar* ou derrotar nas eleições o presidente ‘alien’. Isto não significa que entre o Executivo e o Legislativo, apesar da conveniência de interesses forjada pelo programa neoliberal e a manutenção e reafirmação do golpe parlamentar, não se apresentem divergências em torno da recomposição do governo por cargos no primeiro ou segundo escalão, como evidencia a recente mudança nos ministérios de Saúde, Defesa, Relações Exteriores, Justiça, entre outros; ou em torno do orçamento na liberação de verbas e projetos visando a reeleição. Entretanto, a questão que surge em contradição com todo este processo – tanto com a correlação de forças favorável ao governo protofascista como a reviravolta do STF – é a crescente tendência da conjuntura avançar ao autogolpe, ou ao golpe dentro do golpe, como sinaliza a renúncia dos três comandantes militares, acompanhando a posição do ex-ministro de Defesa Fernando Azevedo.

Quiçá a terceira contradição, de ordem social, que se apresenta com o agravamento da pandemia de Covid-19, nos ajude a compreender melhor as contradições anteriores. O genocídio do povo pobre no país, que ultrapassou os 300 mil mortos pela Covid-19 e marcha aceleradamente para 500 mil, devido ao desgoverno em geral, particularmente na Saúde, aparentemente tem provocado a anomia da sociedade em vez de despertar a revolta social, como sugerem as pesquisas do *Estadão*, *Folha de São Paulo* e demais institutos

da mídia oligárquica, ao indicar que se mantêm os 30% de apoio ao performático do Planalto, com pequenas oscilações; mesmo quando ele interpreta a morte de milhares de pessoas por falta de oxigênio pelo novo coronavírus ou, subliminarmente, a morte por asfixia, como nas sessões de tortura nos porões do DOI-CODI da Ditadura. Mas se isso é verdade, como afirmam as pesquisas, por que ele vai a público sem desfaçatez mentir em rede nacional ao som de painéis, negando tudo o que afirmou antes sobre as medidas de contenção da pandemia, as vacinas e todos seus crimes sanitários contra a Saúde Pública? E ainda, por que demitiu o ex-ministro de Saúde Eduardo Pazuello, general da ativa, senão pelo fracasso do governo no tratamento da pandemia, inclusive correndo o risco de desenvolver uma crise nas Forças Armadas, pois tal gesto transfere a esta última a responsabilidade pelos 280 mil mortos durante a administração do general? Obviamente, como escreveu Shakespeare, “Há algo de podre no Reino da Dinamarca”.

Neste aspecto, o agravamento da Crise na Ciência, visível na corrida desesperadora dos grandes laboratórios da *Big Pharma* por vacinas eficazes e dos governos capitalistas por medidas sanitárias para conter o novo coronavírus e suas mutações, entra em colisão com o governo brasileiro após a queda de Donald Trump, o que tornou ele próprio e a população do país em um problema de saúde pública mundial, podendo se tornar réu por crime contra a humanidade, como tem indicado a Organização Mundial de Saúde (OMS) em declarações contundentes. A catástrofe sanitária mundial já contaminou mais de 221 milhões de pessoas e ceifou 4,58 milhões de vidas humanas, e dentro da população mundial de 7,8 bilhões de pessoas suscetíveis à contaminação pelo vírus, apesar de aplicadas 5,35 bilhões de doses de vacinas (JOHNS HOPKINS, 2021), um país com a dimensão populacional do Brasil que não implementa as normas sanitárias mundiais, pode se tornar um fator de desestabilização geral. A lição dos países socialistas de contenção da pandemia pelas medidas sanitárias e vacinação – como se observa nos dados sobre China, República Popular Democrática da Coreia, Vietnã, Cuba, Venezuela, entre outros – indica uma singular contradição entre os países do capitalismo que enveredaram pelos caminhos do neoliberalismo, quebrando a estrutura de saúde pública estatal, e o desespero da vacina como solução ao dilema da crise de acumulação projetada na crise econômica mundial. Embora o governo de Bolsonaro não tenha responsabilidade sobre a Crise Orgânica do Capital que se manifesta na ciência, sua atuação contra a vacina, o controle da pandemia e contra a própria ciência, inclusive exercitando ilegalmente a medicina com prescrição de medicamentos que, ao contrário de combater a Covid-19, agravam os pacientes com comorbidades, o transforma em responsável pelo quadro que se agrava no país e em inimigo internacional das próprias oligarquias que veem na vacina a solução para a crise do sistema do capital. Eis uma parte do apodrecimento do “Reino Bolsonaro”, ponto que ajuda a explicar a dissidência de setores da oligarquia nacional e das Forças Armadas.

Neste sentido, a quarta contradição, que se revela na *débâcle* indiscutível da economia em relação ao objetivo do golpe neoliberal, fundamenta todas as questões antes apresentadas. O redirecionamento da política e estrutura econômica nacional para seu curso histórico de dependência e subserviência ao imperialismo estadunidense rompeu com as políticas anticíclicas dos governos social-democratas do PT (Partido dos

Trabalhadores) e seu projeto de desenvolvimento econômico com conteúdo nacional, integrado ao MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e ao BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em direção à soberania econômica e tecnológica do país com envolvimento social. Isto desencadeou um processo brutal de centralização na economia através das privatizações predatórias e a desestruturação de grandes empresas nacionais, tanto estatais como privadas, que integravam o projeto de um complexo industrial estatal brasileiro. Os custos da Operação Lava Jato, estimados pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) em 4,4 milhões de empregos e 3,6% do PIB (2021), e a implementação radicalizada por Paulo Guedes do Programa neoliberal *Ponte para o Futuro* conduziram ao paroxismo as medidas do governo de traição de Michel Temer – congelamento por 20 anos dos investimentos sociais e do salário dos servidores, retirada de direitos com as reformas Trabalhista e da Previdência, privatização das estatais – a ponto de quebrar as conexões entre as relações de produção e consumo dos Departamentos I e II da economia, impedindo a capacidade do Estado de, por um lado, reagir ao fenômeno da pandemia de Covid-19 e, por outro, manter o nível de consumo da população.

Desde que se iniciou o processo de golpe, com a tentativa de golpe eleitoral em 2014, a economia não tem sido capaz de fazer sequer a reprodução simples do capital global no país. Uma conta rápida com base em estatísticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) indica que entre 2014 e 2020 houve uma retração de 5,96% do Produto Interno Bruto (PIB), 4,1% apenas em 2020 (FMI, 2021); a queda do Brasil de 6^a a 14^a economia no *ranking* mundial corrobora este fato. O recente estudo da MB Consultoria, amplamente divulgado na mídia, que assume como base o ano de 2013 para comparar a média de crescimento de 1997-2013 com o período pós-golpe (2014-2020), demonstra uma queda de 27% no crescimento do PIB brasileiro: 31% na indústria, dentro desta destaca-se uma queda de 49% na construção civil; 26% nos serviços; 8% na agroindústria; e os investimentos em demanda ficaram 52% abaixo da média pré-golpe. (MARTINS, 2020). Apenas os setores de alta composição orgânica do capital e ligados às oligarquias financeiras mantêm a acumulação através da centralização, a exemplo dos bancos e da agroindústria. A pandemia acentuou todas as tendências que aceleraram ainda mais a Crise Orgânica do Capital ao intensificar a participação da tecnologia na formação de valores, aprofundando a crise do paradigma de valor, acentuando a dependência econômica à *Big Tech*, *Big Pharma* e *Big Agro* e inviabilizando a produção e realização de mais valor (ou mais-valia), o que implica uma taxa de lucro declinante, como demonstra a trajetória da Taxa Selic, em queda de forma absoluta de 14,5% a 1,9% ao ano entre 2015 e 2021; ao contrário da formação bruta de capital fixo no país, cuja trajetória de altas e baixas no mesmo período tende ao crescimento.

Os efeitos da Crise Orgânica do Capital, potencializados pela pandemia, não se resumem a isto. O outro lado do processo de centralização, constrangimento da indústria tradicional e superdimensão do setor de alta composição orgânica de capital se expressa no desemprego brutal e na organização de novas corporações transnacionais vertebradas pelo capital financeiro, que avançam desde a década de 1990 na superexploração do exército industrial de reserva e da superpopulação relativa por meio de novos métodos

flexíveis de trabalho e sistemas informatizados e integrados em rede, afetando a estrutura do consumo interno e justificando, pela lei da troca desigual, a inflação e as altas taxas de juros, como instrumentos de compensação e transferência de riqueza para as oligarquias financeiras. Importante ressaltar que esta nova forma de acumulação neoprimitiva, a exemplo da poupança forçada do nazifascismo nos campos de concentração da II Guerra Mundial, representa um modo sofisticado de canibalismo econômico da força de trabalho em condição de miséria e pobreza extrema, processo pelo qual se explica a manutenção da acumulação de riqueza e a sustentação de um subconsumo mesmo sem a reprodução simples de capital no nível nacional. Esta superexploração que combina tecnologia e acumulação primitiva, embelezada com o rótulo de “empreendedorismo”, configura o novo significado do exército industrial de reserva como produtor de riqueza alienada, principalmente no setor informal e ilícito.

A consciência dialética das contradições é fundamental quanto mais a luta de classes aponte para um desfecho favorável ao povo trabalhador, ameaçando derrubar o poder das oligarquias burguesas, seu governo protofascista e o golpe neoliberal, posto que a exemplo da “República de Curitiba” e seu concubinato entre o Ministério Público Federal (MPF), Polícia Federal (PF), o Judiciário em suas várias instâncias, inclusive o STF (Supremo Tribunal Federal) e *tutti quanti* (mídia oligárquica, CIA, FBI, GSI), possam emergir e serem ativadas nas diversas regiões e varas federais em que as corporações protofascistas ou integralistas unidas pelo programa punitivista neoliberal, a exemplo da Força Tarefa da Lava Jato, continuem ou forjem novas ações de *lawfare* contra os virtuais adversários que ameacem o Sistema do Capital no Brasil. A decisão de Fachin, lavajatista convertido, que provocou perplexidade até mesmo aos seus pares, como fez questão de revelar o ministro Marco Aurélio, bem como o voto dominante do ministro Gilmar Mendes, definindo Moro como um juiz parcial, indicam que a mudança no STF expressa uma alteração na correlação de forças no processo político nacional que procura se harmonizar com as mudanças políticas no plano internacional, desde a derrota de Trump e os republicanos e a vitória de Biden e os democratas nas eleições presidenciais dos EUA.

Um dos objetivos da decisão do ministro Fachin era salvar o ex-juiz Sérgio Moro do julgamento de parcialidade em relação aos processos movidos pela Lava Jato contra o ex-presidente Lula. Embora frustrado, não se resumiu a isto; a decisão também tem o objetivo de ser anulada por quebrar o regimento interno do Supremo, pois apela para o plenário a revisão da sua decisão monocrática, saltando a instância natural da 2ª Turma. Ao julgar o mérito de provas considerando a inexistência de ligação entre os processos do ex-presidente Lula e da Petrobras para desqualificar a 13ª Vara de Curitiba como juiz natural e designar o Distrito Federal, e não São Paulo, Fachin abriu novas contradições que permitem aos ministros formalistas anularem sua decisão. Além disto, arditosamente, manteve as supostas provas documentais contra o ex-presidente para utilização em novo processo ou até mesmo reafirmação do processo no Distrito Federal. Ao isolar o processo de Lula dos demais processos da Lava Jato, preservou a própria Lava Jato, sua força-tarefa, procuradores, PF, juízes, principalmente Sérgio Moro e Dallagnol, que apesar de maculados pelo julgamento do *HC* sobre o triplex,

mantêm válidos seus processos e sentenças no conjunto da obra. Finalmente, ele agiu em sua própria defesa e dos ministros do STF que parecem ter se deixado seduzir pelo projeto financeiro da Fundação dos procuradores com a Justiça Federal, Departamento de Justiça dos EUA e banqueiros norte-americanos e europeus.

Este fato não impede que as conversas hackeadas por Walter Delgatti e seu grupo, liberadas pelo ministro Lewandovski à defesa de Lula, sejam o *leitmotiv* que impulsionou o julgamento de parcialidade de Moro, com o voto histórico do ministro Gilmar Mendes na 2ª Turma do STF; nem de provocar estrago em outros processos com as revelações das ligações perigosas entre MPF (Ministério Público Federal) e Justiça Federal, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, CIA, FBI e o golpe eleitoral; todos envolvidos no botim das reservas de petróleo e gás do Pré-sal e da empresa estatal Petrobras. Uma trama urdida com apoio dos setores entreguistas das Forças Armadas, sob o manto do combate à corrupção, com traços tragicômicos no melhor estilo das comédias de Gogol e da tragédia humana de perseguições kafkianas e genocídios abissais, em nome do ultraliberalismo.

Neste contexto, voltamos há cerca de cinco anos na conjuntura nacional, em termos político-eleitorais. Luís Inácio Lula da Silva, candidato virtual a presidente da República nas próximas eleições de 2022 em condições reais de derrotar o golpe e o governo ‘alien’ (milicianos, militares, banqueiros e *tutti quanti*), continua prisioneiro do *lawfare* do sistema de Justiça do Brasil em parceria com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Portanto, sujeito, às vésperas do processo eleitoral, a reviver a mesma tragédia das eleições de 2018, que consolidaram politicamente o golpe desferido contra a ex-presidenta Dilma Rousseff e o Povo Brasileiro. A reviravolta no STF apenas levantou o véu que encobriu todas as arbitrariedades e excepcionalidades que violaram o Estado de Direito, ferindo de morte a democracia burguesa com o golpe parlamentar de 2016. A *holding* de gangues (PSDB, PMDB, PSB, DEM, PP, PPS, etc.) que levaram o repugnante Michel Temer e sua *Ponte para o Futuro* ao comando do Planalto continua a exigir a devida reparação pela justiça do povo, como nos processos golpistas e ditatoriais do capital, mesmo em sua face fascista, nazista ou protofascista a exemplo da Itália, Alemanha e outros. O que exige das forças revolucionárias, democratas e populares do país voltarem-se à organização da resistência do Povo contra as forças protofascistas e derrubarem o governo performático, genocida e entreguista, deixando para segundo plano as ilusões eleitorais e jurídicas do sistema e seu governo autocrático.

É importante ressaltar que o prolongamento do apoio ao governo protofascista, apresentado nas pesquisas de opinião, em parte se explica pelo novo significado do exército industrial de reserva ou população relativa como autoprodutor de mais-valia e riqueza em condições de superexploração, decorrente da teoria neoliberal do ‘empreendedorismo’, em que incidem as teses econômicas malthusianas e darwinistas, a teoria do ‘capital humano’ como mercadoria e ativo econômico, a teologia da prosperidade, programas de ‘inclusão social’ e estratégias de sobrevivência e concorrência ilícitas. Nas portas deste submundo do capital, em tinta fresca da pós-modernidade, encontra-se a mesma expressão de Dante Alighieri nas portas do inferno, que Marx em 1859 relacionou à produção de mais-valia entre as paredes da fábrica: *Qui si convien lasciare*

*ogni sospetto. Ogni viltà convien che sia morta*¹. Hoje, este inferno da fábrica chegou à casa do trabalhador.

Outra explicação para os 30% de apoio ao performático no Planalto são seus acordos, formais e informais, com os Republicanos, que em parte continuam controlando a política externa dos EUA mesmo após sua derrota para os democratas na Casa Branca. Esta contradição se explica por dois aspectos: o primeiro decorre da estrutura econômica dos Estados Unidos, cuja base dinâmica é o Complexo Industrial-Militar de caráter multinacional que, durante os governos republicanos e até mesmo administrações democratas anteriores, contraíram acordos formais e informais com outros países e forças políticas que não podem ser rompidos de imediato para não comprometer a estabilidade econômica, social e política interna. Por outro lado, o aspecto subjetivo presente nas estratégias geopolíticas que sofrem mudanças programáticas de acordo com o partido de turno. A eleição de Biden abriu duas contradições nas relações diplomáticas com o Brasil, a questão do meio ambiente e a Amazônia, e a questão dos direitos humanos e a democracia; no entanto, não há contradição com o botim da Petrobras, Pré-Sal, estatais, do sistema financeiro, e nem com os acordos armamentistas. O mesmo se aplica às posições norte-americanas em relação à geopolítica mundial: China, Rússia, Venezuela, Bolívia, etc.

Entretanto, este quadro começa a ruir, como tem sinalizado a inquietação da classe operária e trabalhadores, observada em painéis, atividades virtuais e manifestações contra o governo profascista mesmo em condições de isolamento social. Esta nova cena política, nacional e internacional – com o retorno do ex-presidente Lula a virtual candidato; a catástrofe da crise sanitária e as milhares de mortes todos os dias; o *débâcle* de toda a Economia e o desespero dos milhões de desempregados e famintos; a exasperação das camadas médias, pequena-burguesia e parte das oligarquias que transparece no duplo significado do Manifesto dos banqueiros e economistas, (O PAÍS EXIGE RESPEITO, 2021) e uma possível divisão nas Forças Armadas com a recente renúncia do ex-ministro Fernando Azevedo e dos comandantes do exército, marinha e aeronáutica – permite vislumbrar uma nova contraofensiva das oligarquias burguesas e seu governo profascista contra o povo trabalhador em geral e, em particular, as forças de esquerda em todo o país; quiçá, uma repetição da posição histórica da burguesia frente a ameaça de uma revolução proletária: “Fazer a revolução, antes que o povo faça”, como ocorreu nos anos 30 e 60 do século passado no Brasil.

As máscaras caíram e o fim do auxílio emergencial jogará 30% da população na pobreza, mais de 60 milhões de pessoas, e a extrema pobreza ameaça chegar a 10% dos trabalhadores brasileiros, ou seja, a mais de 20 milhões de pessoas. A luta de classes aberta será a tônica da conjuntura daqui para frente. A recomposição ministerial feita pelo governo Bolsonaro se adianta a estas circunstâncias. O movimento que visa amenizar as contradições no plano internacional; sinalizar uma composição maior com o Congresso Nacional, ou Centrão; mitigar o desastre no setor de saúde; e alterar o comando das Forças Armadas assemelha-se a um roque em uma partida de xadrez, cujo momento e o lado do tabuleiro indicam capacidade de defesa e preparação para um contra-ataque.

¹ Aqui tem de se banir toda desconfiança. Toda covardia tem aqui de ser morta.

A conjuntura atual é extremamente delicada, pois o gênio militar é fazer o movimento inesperado, previsto por ninguém, como, por exemplo, uma quartelada no meio da pandemia; e para tanto basta queimar um Reichstag e insuflar os peões com *fake news*. Portanto, embora o momento da pandemia não permita manifestações em massa, é possível levar a verdade ao povo, avançar na organização e resistência revolucionária ao golpe dentro do golpe, ou autogolpe. Mesmo que este não se concretize devido à divergência dentro das Forças Armadas, às possibilidades de saída negociada e outras mediações possíveis, a organização da resistência, em última instância, é que decidirá o desfecho final de todo este processo. Aglutinar forças nos Comitês de Luta Contra o Neoliberalismo e apresentar o Programa de Emergência a todo o país organizadamente através das campanhas de Vacina para todos e Por um salário emergencial, entre outras. Esta é nossa tarefa fundamental.

Artigo recebido em 18 de setembro de 2021 e aprovado para publicação em 19 de setembro de 2021.

Referências

DIEESE. **Implicações econômicas intersetoriais da operação lava jato**. São Paulo - 16/03/202. Disponível em <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.html>, Acesso em 29 jul, 2021.

FMI.IMF Data Mapper. **Real GDP Growth: Annual percentage change**. Disponível em https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD/BRA?year=2021. Acesso em 08 set, 2021.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE. **Covid-19 Dashboard**. 2021. Disponível em <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em 08 set, 2021.

MARTINS, Arícia. **País ‘perdeu’ 27% de crescimento desde 2014, estima MB Associados**. Valor Econômico [on line], São Paulo, 4 ago. 2020. Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/08/04/pais-perdeu-27percent-de-crescimento-desde-2014-estima-mb-associados.ghtml>. Acesso em 29 jul, 2021.

MARX, Karl. **Contribución a la crítica de la economía política**. Moscú: Editorial Progreso, 1989.

O PAÍS EXIGE RESPEITO; Vida Necessita da Ciência e do Bom Governo: Carta Aberta à Sociedade Referente a Medidas de Combate à Pandemia. **Jornal da USP** 2021. Disponível em <https://jornal.usp.br/atualidades/o-brasil-exige-respeito-carta-aberta-de-economistas-pede-medidas-efetivas-de-combate-a-pandemia/>. Acesso em 08 set, 2021.